

A agricultura familiar no Sudoeste do Paraná e a interface campo-cidade

6.3_ Impacto de las nuevas modalidades de producción

Santos, Roseli Alves dos Santos^{1(*)}; Braga, Luís Carlos Braga²

1 – Professora Dr. Da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE | (*) Brazil

2 - Mestrando em Geografia pela, UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista pela fundação Araucária, no período de, setembro de 2008 a setembro de 2009.

Resumo

O presente texto parte da análise das pesquisas realizadas pelos autores sobre a organização territorial agrária no sudoeste do Paraná e tem por objetivo demonstrar como em um território de identidade de uma agricultura familiar se estabelece na atualidade a relação campo cidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e empírica, decorrente da análise das condições de modernização da agricultura e da sujeição dos agricultores familiares a produção de fumo no sudoeste do Paraná. As informações/dados que subsidiam a temática decorrem de trabalho de campo e análise documental.

Palavras-chave: território; campo cidade, agricultura familiar.

Campo-cidade: leitura preliminar

O campo no Brasil e, mais especificamente, no sudoeste do Paraná se apresenta como um espaço de produção agrícola que traduz um modo de vida de dimensões peculiares. É oriunda do campo parte da dinâmica que promove o crescimento das cidades pequenas. No entanto, no campo também se repercute os resultados dessa dinâmica de crescimento. Embora se trate de uma questão relacional entre estes espaços, eles historicamente são vistos como antagonicos, sendo: o campo o lugar do atraso e a cidade sinônimo de progresso e desenvolvimento. Discordamos deste paradigma constituído, o qual é muitas vezes utilizado para justificar um processo de sujeição criado para a ampliação do capital e para ser sustentáculo do modo de produção capitalista.

Desta contraposição resultam justificativas para a precariedade das condições materiais de vida no campo, como falta de estradas, escolas, acesso aos serviços médico-hospitalares que além de dificultar a vida da população do campo, serve de incentivo ao deslocamento da população para os lugares em que essas condições estão concentradas: a cidade. Em contraposição acreditamos que ao mesmo tempo em que a modernidade cria uma série de aparatos, que mesmo concentrados no urbano, podem favorecer a população do campo, sem sua migração para cidade, desde que o acesso a ela seja efetivado. Para tanto é preciso um redimensionamento da prática da relação campo-cidade a partir de uma condição de complementaridade e não de antagonismo.

Essa condição, como aponta Abramovay (1999), requer políticas territoriais que superem a lógica setorial e considere a relação campo cidade na perspectiva de um continuum. “A exploração desta **nova dinâmica territorial** supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”.(p.2)

O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de

promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transforme as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias (...).

O estudo da relação campo-cidade no sudoeste do Paraná ocorre não a partir de um processo de hierarquização espacial, mas da compreensão das dinâmicas que envolvem tais espaços e suas peculiaridades. Para tanto utilizamos o conceito de território como um instrumento de análise que nos permite compreender a relação a partir de sua complementaridade, na qual a parte está no todo e o todo na parte, compreendendo as mudanças e permanências não como avanços ou atrasos, mas como marcas territoriais presentes e expressas nos cotidianos desses lugares.

Território

O conceito de território, ao longo da história da geografia moderna, teve momentos de maior e de menor expressividade, passando por diversas modificações, de acordo com os métodos utilizados pelos pesquisadores, e sendo trabalhado em outras ciências, tanto sociais quanto naturais. A abordagem territorial é um importante instrumento para compreender a estrutura espacial, porém como destaca Sposito (2004), trata-se também de uma tarefa difícil e complexa, principalmente, quando temos que utilizar esse entendimento para compreendermos a constituição de uma área através das ações das pessoas e do seu processo histórico.

[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida (SAQUET, 2007, p.183).

Contemplar a (i)materialidade do mundo da vida significa entender o território não somente como uma área delimitada por fronteiras, ele pode ser delimitado através da força ou com práticas espaciais que atuam de forma combinada para formar o território de acordo com os interesses de uma instituição, além disso, o território é um espaço social, onde um grupo interage, compartilhando e acumulando hábitos e culturas que vão sendo transmitidos de geração para geração, este grupo pode interagir, estabelecer relações com outro. Ou seja o território é constituído através complexo relacional exercido pelas pessoas e instituições, relações que podem se dar de forma direta ou indireta, objetivamente ou subjetivamente. Nesse processo, segundo Saquet (2007), quatro elementos atuam de forma conjunta no mesmo espaço e no mesmo tempo, são eles: economia, política, cultura e natureza (E-P-C-N), é na relação destes quatro elementos que ocorre a imaterialidade do território e da territorialidade da vida. Uma delimitação ou redelimitação política pode dividir formalmente um território de um grupo social, mas do ponto de vista do espaço social ele continua sendo uma única área.

Para Raffestin (1993), o espaço é como se fosse uma matéria-prima, anterior ao território, ou seja, a partir dele e de ações de apropriação, conduzidas por atores ocorre a territorialização do espaço, ou seja, o espaço é tornado produto. No espaço, modificado pelo trabalho, revelam-se às relações de poder. Para Raffestin, o território é:

uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para fazer uma representação moderna do espaço, Raffestin destaca a superfície ou plano, linha ou reta e o ponto como elementos essenciais. Os pontos podem representar a localização de propriedades, localidades, outros atores, ou seja, os objetivos que interessam ao ator que está representando, ocorrendo, dessa forma, uma representação egocêntrica.

Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (Raffestin, 1993, p. 147)

Há uma ruptura entre a imagem territorial projetada e o território real, pois a imagem nunca é transcrita tal e qual a partir do plano. Somando-se a isso, surge um novo problema, pois existem muitos atores; haverá novas representações, mesmo que os objetivos sejam equivalentes. Institui-se, então, uma relação entre os atores, uma relação de poder. As relações sociais, exercidas pelos atores, geram a territorialidade, a qual compreende algo mais amplo:

reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

A territorialidade não é só a forma do espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território.

(...) a vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (...) tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação. Processo que precisa de energia e da informação (...) Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário, são dissimétricas (RAFFESTIN, 1993, p.161).

As diversas escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, que se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade.

Independentemente do tamanho, os territórios devem ser estudados com o intuito de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e das suas articulações externas, compreendendo o seu processo relacional, processual e (i)material reconhecendo a unidade dos tempos históricos e coexistentes, assim como as discontinuidades e aspectos da relação sociedade-natureza.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no e com o lugar e com outros* lugares e pessoas; identidades. [...] as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior do homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no

outro são inseparáveis, como a relação tempo histórico versus tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território. [...] Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares. (SAQUET, 2007, p.158).

Na definição do território o autor afirma:

Os territórios são superpostos, heterogêneos e descontínuos, mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital da dominação social, política, na qual a dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis (SAQUET, 2007, p. 154) [...] É (i)material, social e natural, a um só tempo e significa desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidade; vida e morte. (SAQUET, 2007, p.164).

Para HAESBAERT (1997), os agentes econômicos, políticos, culturais reorganizam, remodelam o território conforme os seus interesses, por isso que ele é superposto, contínuo e descontínuo, o velho está no novo, o que estava estável para a maioria é desestabilizado/destruído e reorganizado/reconstruído de outra forma pela minoria que detém a maior parte do capital. Esse processo gera a T-D-R (Territorialização-desterritorialização-reterritorialização). A territorialidade humana é constituída pelos laços das pessoas com o território. Muitas vezes um grupo de indivíduos, ou parte de um grupo, sofre um processo de desterritorialização, ocorrendo o rompimento dos laços das pessoas com o seu território, em grande parte dos casos são rompidos contra a vontade das pessoas, por uma força exógena, como por exemplo a expansão do agronegócio sobre a agricultura com predominância de mão-de-obra familiar, provoca a expropriação desta última, outro exemplo é a expansão urbana, onde o processo de loteamento urbano, ou a construção de parques industriais, obrigam os agricultores a saírem dos seus lugares e se territorializarem em outros lugares, geralmente nas periferias.

Ao pensar o território, Raffestin (1993) elaborou o *sistema territorial*, que se tornou um conceito importante para a compreensão do território e da sua dinâmica, podendo ser chamado de “essencial visível” das práticas espaciais, em que os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presente (RAFFESTIN, 1993, p.151).

Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes.

As redes são múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas, lugares. Os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade. As redes são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas

feudais até as capitalísticas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogêneas, velozes e têm *novos* significados (SAQUET, 2008, p.160).

Isso proporcionou uma melhora na fluidez, que foi fundamental para a expansão do capitalismo, alguns bens que eram apenas para o consumo local e possuíam valor de uso, transformaram-se em valores de troca. São criados mais bens de troca, ou seja, mercadorias, devido à maior possibilidade de consumo (SANTOS, 2008). Esse processo atingiu todos os setores econômicos e classes sociais. Como a agricultura, por exemplo que com “a modernização das atividades agrícolas e industriais redefine o consumo no campo que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, criando demandas até então inexistentes e ampliando a urbanização”. (ELIAS, 2006, p.232).

É a partir das relações de poder que é constituído o território do sudoeste do Paraná, no qual a relação campo cidade se materializa revelando um processo de sujeição/dominação que não é atributo do espaço, mas das relações de expansão do capital.

A expressão territorial campo-cidade no sudoeste do Paraná

As dimensões territoriais (E-P-C-N) se manifestam de forma (i) material e os atores atuam formando tessituras no território em estudo. Das dimensões territoriais, conforme destaca Santos (2008), a econômica influência de forma mais intensa as demais, sem, no entanto deixar de sofrer influências e adequações em virtude das demais. Essas dimensões e as relações de poder surgidas a partir dela, constituem no sudoeste do Paraná um território marcadamente de uma agricultura familiar, que segue uma dinâmica de concentração urbana como em outros territórios, demonstrando que não se trata de isolamento, mas uma relação em rede decorrente do movimento do capital.

No sudoeste do Paraná a compreensão do campo enquanto lugar de produção pode ser expressa na dimensão econômica a partir da renda agrícola gerada, a qual é muito significativa em quase todos os municípios que o compõem, consoante observado pelo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Sudoeste do Paraná, considerado um importante indicador econômico para demonstrar o grau de relevância de determinados segmentos. O PIB agropecuário do Sudoeste do Paraná, apesar da diminuição que vem ocorrendo nos últimos anos é expressivo. Em 1970, o PIB total é majoritariamente originado das atividades agropecuárias (70%); em 1975, o seu valor é o mesmo do quinquênio anterior, entretanto, o PIB total aumenta demonstrando o crescimento da renda em outros segmentos. Em 1985, o PIB agropecuário representa 48,46%, percentual que diminui ainda mais a partir da segunda metade dos anos 1990, atingindo, no ano de 1996, o seu percentual mais baixo, 30%, retomando um crescimento nos anos seguintes, voltando a 45,34% em 2003. Apesar dessas oscilações, o PIB agropecuário tem sido representativo nos municípios do Sudoeste do Paraná.

Desde 1970, os municípios de Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão têm apresentado diminuição no PIB agropecuário em decorrência, principalmente, do crescimento das atividades industriais e comerciais. A partir de 1996, tal processo ocorre nos municípios de Ampére e Barracão; em seguida, nos municípios de Realeza e São Jorge d'Oeste há uma diminuição da participação do PIB agropecuário em relação ao PIB total entre os anos de 2000 e 2002, registrando um crescimento no ano de 2003. De maneira geral, na economia regional, ocorrem mudanças significativas a partir da

segunda metade dos anos 1980: construção de parques industriais, diversificação industrial e das atividades de serviços nas principais cidades como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza etc. Isso interfere diretamente no aumento do PIB total entre 1985 e 2003.

Outro fato importante é que, entre os anos de 1999 e 2001, cerca de 50% dos municípios do Sudoeste do Paraná tiveram o PIB agropecuário abaixo da metade do PIB total de cada município. Porém, a partir de 2002, o PIB agropecuário passa novamente a representar a maior fonte, tendência dos anos anteriores mantida desde a década de 1970 no município de Ampére, Barracão, Capanema, Realeza e Santo Antônio do Sudoeste, além de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. No município de Marmeleiro é possível observar uma realidade inversa, pois o PIB agropecuário tem crescido, principalmente, a partir de 1996, período em que se inicia uma série de desapropriações de terras para a implantação de assentamentos rurais. A implantação de áreas de reforma agrária como, por exemplo, o Assentamento Eduardo Raduan, com 432 famílias, além de outros como o Anoni, o reassentamento Itaiba e o assentamento Perseverança, interferiram diretamente na produção agropecuária e no PIB.

Nesse contexto, conforme destaca Santos (2008):

apesar do PIB agropecuário, em alguns municípios, não se apresentar expressivo, não significa que a agricultura não tenha importância, pois a indústria e o comércio possuem uma vinculação direta com a atividade agropecuária. Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, cujos PIBs agropecuários há décadas são menores que os da indústria e do comércio, têm sua base industrial estreitamente ligada às atividades agropecuárias. A empresa Sadia, cuja base está na exploração de atividades agropecuárias, está instalada nos dois municípios. Esta relação também é revelada por outras empresas como a Souza Cruz, Perdigão, empresas veterinárias e por organizações como a CRESOL, CLAF etc. São diferentes atividades que estão nas cidades e isso gera, evidentemente, uma trama de relações urbano-rurais que extrapolam cada unidade produtiva” (p.174)

Em uma abordagem territorial, é válido destacar que a relação campo-cidade não ocorre de forma separada, mas elas estabelecem relações dialéticas, construídas a partir de lógicas exógenas, mas também das identidades locais que as fragilizam ou as potencializam.

Segundo destaca Saquet:

No Sudoeste paranaense, há aspectos e elementos culturais, políticos e econômicos, que caracterizam pequenas cidades e centros urbanos, intimamente ligados ao espaço rural de cada município, e, porque não dizer, pequeníssimas cidades, como Salgado Filho, Flor da Serra do Sul, Bela Vista da Caroba, Boa esperança do Iguazu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis e Pinhal de São Bento, todas com menos de 1.000 habitantes, onde o caráter urbano é incipiente, dado o baixo nível de complexidade dos papéis que estes núcleos desempenham [...] (2006, p. 158).

Como afirma o autor, existem temporalidades e territorialidades que caracterizam o campo e a cidade, cada qual com seus ritmos, os quais só podem ser compreendidos numa relação complementar e dialeticamente definida.

Como destaca Santos (2008, p. 175) “a territorialidade decorrente da *modernização* da agricultura faz parte de uma trama de relações de poder que não podem ser rotuladas como estritamente urbana ou rural, embora se tratem de territórios que tenham suas especificidades”.

A dimensão econômica nos releva uma importância que se repercute nas demais, pois a sua dinâmica interfere nas relações políticas e culturais no campo, porém é expressiva nas cidades. Por exemplo: o comércio, especialmente das pequenas cidades, tem o momento do recebimento da safra ou da chegada do cheque do leite como os de maior pico no comércio local, sendo inclusive os prazos de pagamento definidos por esses períodos. Logo, as alterações na produção afetam o cotidiano das pessoas do campo e também da cidade, pois estes estão imbricados.

Por exemplo: desde a década de 1970, efetivou-se o processo de modernização capitalista do setor agropecuário e esta modernização, segundo Santos (2001), provocou implicações socioespaciais que promoveram a desestruturação da pequena propriedade, o êxodo rural, o crescimento desordenado de médias cidades, o “sufocamento” das pequenas e a ampliação de um contingente de trabalhadores sem terra. Isso nos remete a refletir sobre as implicações que o processo de modernização agrícola capitalista pode ter acarretado no sudoeste do Paraná e mais que isto, nos desafia a entender se é possível pensar o desenvolvimento deste espaço, sobre outra ótica.

Neste sentido, Santos (2001, p. 28) destaca:

Embora, em menor proporção que as grandes e médias cidades, os pequenos municípios tendem a acolher a população que se desloca do campo. Fica eminente, portanto, que estes apresentem uma capacidade de atrair investimento menor que as cidades mais estruturadas. Este fator recai sobre as administrações locais como um peso, que com seus poucos recursos precisam digerir tal situação. Fica, então, para cada gestão garantir as condições mínimas de sustentação da população local. O contrário: o deslocamento desta população resultaria na diminuição do orçamento geral do município, uma vez que os recursos também têm por base o número total de habitantes. Todavia, a fixação, desta população, sem uma política de atração de investimentos ou de programas sociais eficientes pode aumentar ainda mais as desigualdades sócio-econômicas destes municípios e, gerar conflitos de difícil solução em uma escala local.

A configuração territorial do campo e da cidade com a implantação do pacote tecnológico na agricultura é seguida por um discurso de modernidade, que no entanto resulta em uma precarização das condições de acesso da população do campo a determinados serviços, como a educação escolar. No mesmo processo se acelera o êxodo rural e o crescimento das cidades. Este processo acirrou ainda mais a desigualdade social e provocou uma maior concentração, qualitativa e quantitativa, da terra, afetando assim as relações de produção no campo

São desenvolvidas nas pessoas necessidades de consumo, que antes eram inexistentes. Ocorre um processo de padronização de alguns bens de consumo, como a alimentação, por exemplo, nas áreas rurais, com a intensificação da relação com as áreas urbanas, há uma diminuição na diversidade e no consumo de produtos naturais, devido a aparente praticidade de consumir os produtos industrializados. Nas cidades também são criadas necessidades de consumir produtos que antes eram supérfluos, que vão além da alimentação como, por exemplo, novos e sofisticados meios de transportes, eletrodomésticos, vestuário etc, muitas vezes estas mercadorias são consumidas não pela necessidade dos indivíduos, mas sim pelo status e ostentação que elas proporcionam perante a sociedade capitalista. Também são desenvolvidas, mais intensamente nas

idades, mas também no campo, formas de produção não-material como: saúde, educação, lazer, informação e essas formas disseminam-se sobre o território.

Esse fetichismo das mercadorias impede a apreensão do território como um simples objeto material, e ao mesmo tempo, nos condiciona a entender, como as relações sociais de produção as interações sociais que se estabelecem no espaço em diferentes escalas. O território passou a ser mais que um habitat para o homem ele passa a ser um receptáculo das suas atividades econômicas, isso é proporcionado pelo desenvolvimento do MCP, (SAQUET, 2007).

Há um processo contínuo de urbanização do espaço rural e/ou de desconcentração; formas da ligação campo-cidade; modernização agrícola; redes e fluxos (i)materiais; integração contratual; cooperativas; assentamentos; circulação simples de mercadorias; migrações pendulares e definitivas. (SAQUET, 2007, p.161).

O fluxo de pessoas é uma demonstração da inter-relação entre o campo e a cidade. E a expressão de um território móvel e (i)material, que se dá pelas relações das pessoas em ambas as áreas. Os indivíduos das áreas rurais têm maior necessidade de ir até os centros urbanos, pois eles precisam ir diretamente ao comércio para adquirirem os bens necessários. Esse comércio também é freqüentado pelas pessoas das áreas urbanas que não precisam ir até o campo, pois os produtos necessários para eles já foram industrializados. Em relação às pessoas das áreas urbanas, algumas vão para o campo para o lazer, em busca de uma atmosfera mais “pura”, para sair do caos dos centros urbanos, ou por que tem em sua origem uma ligação com o rural.

Nas cidades, a população tornou-se sedentária, gerando um contexto mais favorável para uma divisão do trabalho, que não fosse baseada, somente, nas diferentes faixas etárias e sexo. De fato ocorre uma divisão territorial do trabalho e também divisão econômica e técnica entre cidade e campo, mesmo assim há complementaridade. As atividades nas cidades são marcadas pelas necessidades da proximidade, possibilidade da comunicação. O campo é marcado mais pela extensão e dispersão para o desenvolvimento técnico econômico das atividades (SPOSITO, 2006).

Do ponto de vista do rural as suas relações com o espaço urbano intensificaram-se, devido à passagem em pouco tempo de um país agroexportador para uma das maiores economias do mundo, com isso o Brasil, sofre reflexos na produção, na sociedade e no território, tornando-os mais complexos.

A reestruturação produtiva agropecuária tem em seu novo modelo econômico de produção, como característica, a organização de redes de produção agropecuária e agroindustrial exigindo a produção e o consumo globalizado. A reestruturação da agricultura atinge a sua base técnica, econômica e social, provocando grandes impactos sobre os espaços agrícolas. O espaço agrícola passa a ser dotado de fluidez, através da organização de redes técnicas, para as organizações hegemônicas atuantes na agricultura científica. Essa agricultura passa a ser baseada na utilização intensiva do capital, da tecnologia e da informação, sendo estas as principais forças produtivas do presente, tornando-se visível a expansão do meio técnico-científico-informacional (ELIAS, 2006).

O campo é um espaço com menos rugosidades, por isso é mais flexível. Com isso nas áreas que se expande a agricultura científica, o meio natural e o técnico é substituído pelo meio técnico-científico-informacional “aumentando a proporção da Natureza Social sobre a Primeira Natureza” (ELIAS, 2006, p.280).

O meio-técnico-científico ou meio técnico-científico-informacional é marcado pela utilização da ciência e da técnica, as quais remodelaram o território para possibilitar as

produções hegemônicas. “A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação”.(SANTOS, 2008, p.38).

O Brasil acelera a mecanização do território, através da implantação das ferrovias, rodovias e do desenvolvimento dos meios de comunicação e busca implantar o meio técnico-científico-informacional sobre áreas cada vez mais extensas. Isso se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando foi construída, no Brasil, uma infra-estrutura que possibilitou a integração entre as diversas regiões do país. Essa integração do país era tanto para o mercado nacional como para o exterior. A modernização da agricultura viabiliza a exportação de produtos não tradicionais (soja, cítricos) e também afeta a produção de produtos tradicionais que eram voltados basicamente para a alimentação, como feijão, batata etc.

Com as novas infra-estruturas de transportes e comunicação há um estímulo ao processo de industrialização em diversas regiões e a implantação de projetos de colonização, sob o comando do Estado e dos agentes da economia. As relações entre os fatores de ordem econômica, passam a ser internacionais e não apenas nacionais. A consequência é que “As diferenças hoje notadas no território são, por isso, diferenças sobretudo sociais e não mais naturais”. (SANTOS, 2008, p. 49).

O desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação remodelam o meio rural e o meio urbano. Além da infra-estrutura, desenvolve-se também a composição orgânica do território, através do desenvolvimento da cibernética, biotecnologia, química, informática e eletrônica. Com isso o trabalho se torna cada vez mais científico e o território mais informatizado.

A estrutura da produção material (industrial, agrícola) muda tanto na circulação como na distribuição e também no consumo.

Como anotamos anteriormente são desenvolvidas no campo necessidades de consumo que antes eram inexistentes e ocorre, também, em parte, um rompimento da produção de alto consumo.

[...] o capitalismo comercial ajudou a criar nas cidades uma infra-estrutura muito importante para o desenvolvimento industrial. Houve uma grande avanço técnico e científico, formou-se uma rede bancária e um mercado urbano, pois na medida em que, afastados de suas condições de produção no campo e impedidos de continuar a realizar sua produção artesanal, os trabalhadores tornaram-se consumidores dos elementos necessários à sua sobrevivência (SPOSITO, p.51, 1991).

Mas além de consumidores dos elementos para a sobrevivência e de alguns bens que proporcionam um maior conforto, os agricultores e o setor agrícola de uma forma em geral, tornaram-se dependentes do setor industrial que produz os insumos químicos e o maquinário necessário para a produção. Isso aconteceu a partir do momento em que os agricultores passam a ter a maior parte da sua produção voltada ao mercado, já que eles precisam aumentar a quantidade da produção, e para isso precisam mecanizar o trabalho, além de adquirirem adubos químicos industrializados, sementes selecionadas e agrotóxicos para o controle das pragas e ervas daninhas. Dessa forma os agricultores perderam o controle das sementes crioulas, passaram a degradar mais o meio ambiente e a mecanização provocou uma ociosidade na mão-de-obra da família, ocasionando o êxodo rural.

Com o apoio do Estado que disponibilizou créditos, em forma de financiamentos para custeio e investimento para a compra dos produtos agrícolas industrializados, as indústrias capitalistas se utilizaram de diversos meios para estabelecer essa relação de dependência com os agricultores como por exemplo os sistemas de “troca-troca”, as cooperativas, os sistemas de integração, que são utilizados por indústrias como a Sadia e a Souza Cruz.

Para maior análise desse processo de dependência e subordinação, utilizaremos o exemplo do sistema de integração utilizado pela fumageira Souza Cruz.

Segundo Braga (2007), no sistema de integração, a empresa fumageira torna o agricultor dependente dos seus insumos químicos e da comercialização da produção. Ocorrendo esse duplo movimento de circulação, dos insumos químicos do setor industrial para o agrícola e da matéria-prima do setor agrícola para o industrial. Esses dois movimentos são viabilizados através de dois fatores que a décadas foram implantados, os quais são, contrato e o processo de classificação das folhas.

Em relação a subordinação pelo contrato observamos que:

a) O contrato oferecido é um contrato padrão e não prevê possibilidades de negociações entre as partes. Às vezes são realizados acordos mas é para não prejudicar a empresa.

b) A empresa de fumo estabelece uma relação de consumo com o agricultor qual fornece materiais e insumos

c) O agricultor presta serviços às empresas integradoras, sem praticamente, nenhuma atribuição de responsabilidade e direitos trabalhistas, a não ser um seguro, em caso de morte, pago pelos agricultores, que na maioria das vezes opta por não fazê-lo.

d) A empresa estipula uma estimativa de produção, baseada na quantidade de pés de fumo que o produtor financiou para plantar, a partir dessa quantidade de pés é feito um cálculo da estimativa em quilos.

e) Nos contratos também consta o comprometimento da empresa em impor os pacotes tecnológicos, que contêm os insumos agrícolas e as sementes para o início da produção, impedindo dessa forma que o produtor pesquise um melhor preço, afetando a livre concorrência do mercado de insumos.

f) Cada região tem uma empresa responsável pelo transporte do fumo da propriedade até a indústria. Trata-se de um serviço terceirizado pela empresa e o valor do frete é descontado do produtor no momento da comercialização

g) Os financiamentos são negociados pela empresa com o banco, onde ela avaliza o empréstimo que é repassado aos agricultores, sem nenhuma participação dos mesmos.

i) A responsabilidade da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais é toda passada ao produto

Quanto ao sistema de classificação percebemos as seguintes práticas:

a) A classificação é feita na fábrica, longe da produção, tornando inviável a participação dos produtores no processo.

b) A qualidade é definida pela cor, umidade, tamanho das folhas etc. As empresas arranjam argumentos para piorarem essas qualidades, baseadas em anotações feitas pelo técnico nas propriedades e que são repassados para o banco de dados da empresa.

c) Os produtores são explorados no processo de pré-classificação, o qual é realizado ainda na propriedade, demandando vários dias de trabalho não remunerados, e

que facilita o trabalho da fábrica. Quando a classificação das folhas, que é feita dependendo das características de tamanho e cor das mesmas, não é realizada conforme as instruções e a fabricação dos fardos foge dos padrões, de peso e tamanho solicitados pela empresa, ocorre um desconto no preço do quilo do tabaco, ou até mesmo a devolução dos fardos.

Ainda segundo Braga (2007), o método de classificação desenvolvido pelas indústrias fumageiras é um método complicado que a maioria dos agricultores têm dificuldades para entender. Dependendo da qualidade ele é classificado por siglas que não têm ligação entre uma classe e outra, como por exemplo, B1, XL, XT. Segundo o técnico da Souza Cruz, estas siglas são somente para definir a classe. Essa forma de classificação foi criada para que os produtores possam ser subordinados na classificação, os preços do kg de fumo estão sempre estáveis nunca abaixam e todo ano tem reajustes significativos, ao mesmo ocorre uma depreciação da classe. Prova disso é que cada vez menos os produtores estão conseguindo a qualidade B1, por exemplo, que é o fumo de maior valor.

Como apontamos anteriormente, o sistema de integração é uma das formas do agronegócio, subordinar a agricultura familiar. No entanto, o sistema de integração difere em alguns aspectos dos outros sistemas. Como por exemplo, apesar do produtor de fumo utilizar um pacote de insumos químicos - fornecido pela empresa - com alto desenvolvimento tecnológico, o agricultor na produção ainda utiliza alguns implementos agrícolas e práticas, ditas arcaicas. Como por exemplo, o arado com tração animal, carroça, matracas, entre outros, a colheita é praticamente toda realizada de forma braçal, isso por que a produção do fumo é pouco mecanizada.

O resultado dessa pouca mecanização na produção do fumo é a demanda de muita mão-de-obra. Isso gera outra particularidade da produção do fumo, ao contrário da maioria das outras produções voltadas para o mercado que proporcionam uma ociosidade na mão-de-obra da família, na produção do fumo, pela necessidade de grande utilização da força de trabalho familiar, observamos (conforme pesquisa realizada em 2007) que ela proporciona a permanência dos agricultores no campo. Principalmente os mais jovens, os quais são envolvidos na produção desde criança, apesar que no contrato existe uma cláusula que proíba a utilização da mão-de-obra infantil. Além do trabalho das crianças é utilizado a força de trabalho das pessoas da terceira idade, em algumas etapas da produção, como na classificação das folhas. Isso é possível por que as atividades da produção fumageira, são exaustivas, mas não pesadas. Os idosos, geralmente aposentados, vem no trabalho do fumo, uma forma de exercerem alguma atividade, e não como necessariamente uma fonte de renda, não percebendo que a empresa se apropria do seu trabalho.

O exemplo da Souza Cruz, demonstra que ao mesmo tempo em que ocorre a concentração do capital nas cidades provocando o êxodo rural, algumas indústrias ainda são dependentes e necessitam da permanência da mão-de-obra no campo.

Essas indústrias apesar de estarem nas áreas urbanas dão uma função mais rural a estas cidades. Um exemplo é o caso da cidade de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul, considerada a capital do fumo, por possuir um parque industrial, formado por várias indústrias fumageiras, inclusive a Souza Cruz. Esse parque é um centro de recebimento da produção de fumo do sul do Brasil, onde o fumo passa pelo beneficiamento, sendo exportado para todos os continentes. Durante o período de recebimento da produção ocorre uma intensa circulação de veículos trazendo a produção de vários municípios dos três Estados do Sul. Além das indústrias que trabalham diretamente com a produção do

tabaco, também foram instaladas indústrias que produzem os materiais utilizados pelos agricultores na produção e dessa forma os mesmos caminhões que trazem a produção já levam esses produtos para serem distribuídos nas regiões produtoras.

A representatividade das empresas e da produção fumageira, é bastante nítida na cidade de Santa Cruz, podemos perceber através da circulação dos veículos das empresas e de seus representantes, o que faz com ocorra uma maior movimentação nos hotéis, restaurantes, postos de combustíveis, etc. Também as indústrias empregam um significativo número de habitantes da cidade, esse número aumenta no período da safras, através da contratação de empregados temporários. Além disso é possível perceber o poder das indústrias fumageiras através dos seus materiais publicitários, espalhados por todas as partes da cidade em outdoors, relógios, marcadores de temperatura, inclusive um dos portais da cidade tem o nome e o logotipo da Souza Cruz.

Esse é apenas um exemplo que demonstra de certa forma a sujeição do campo a cidade ao mesmo tempo que apresenta uma territorialidade urbana decorrente da organização do campo. Essa relação sujeição/dominação/reciprocidade é resultado das relações de poder que os agentes do capital e também os atores locais estabelecem entre si, em um movimento de rede que marcam e demarcam a relação campo cidade.

Considerações

As relações entre campo e cidade não devem ser analisadas como de dependência ou de “mão única”, pois não é somente a cidade que produz o conhecimento, racionalidade, ou define os comportamentos para o campo, mas o campo através das suas demandas causa alguns processos na cidade (Sobarzo, 2006).

Sendo assim, apesar de que não podemos negar as diferenças nas paisagens, nos espaços, na cultura, etc, que há entre o campo e a cidade, toda a discussão apresentada até aqui, demonstra que as particularidades de cada área só podem ser analisadas considerando as articulações existentes entre ambos. O campo e a cidade estão envolvidos em lógicas de produção que fazem necessárias relações de complementaridade.

O que se observa nessa relação é a materialização do capital que utiliza as peculiaridades espaciais de forma a possibilitar a ampliação do capital, gerando um processo de homogeneidade a partir das heterogeneidades.

Referências

- BRAGA, L.C. **O processo da subordinação do produtor de fumo a indústria fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro-PR.** Francisco Beltrão, 2007. 74p. Monografia (Bacharelado em Geografia) Setor de Ciências Humanas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Francisco Beltrão.
- ELIAS, D. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** 1º Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HAESBAERT, R. Território e identidade: Raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: Haesbaert, R. **Territorialização e identidade.** Rio de Janeiro, 1997.
- PAULINO, E.T. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 213-238.

- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo, 1993.
- SPOSITO, E.S. **Sobre o território: Um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A.R; SPOSITO, E.S; SAQUET, M.A. Territórios e desenvolvimentos: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2004. p.15-36.
- SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 80-111.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp, São Paulo, 2008.
- SANTOS, Roseli A. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. (tese de doutorado) UNESP. Presidente Prudente, 2008.
- SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo, Expressão Popular, 2006, p. 130-157.
- SAQUET, M.A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In; RIBAS, A. D; SAQUET, M. A; SPOSITO, E.S; (Org). **Territórios e desenvolvimentos: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE. 2004. p.121-148.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A.M (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 32-53.